

E. K. Infra Social Participações S.A.

CNPJ/MF nº 58.420.468/0001-15

Relatório da Administração – Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Prezados acionistas, Este relatório é fornecido em conexão com a divulgação das demonstrações financeiras auditadas individuais e consolidadas da E. K. Infra Social Participações S.A. (“Companhia”), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (“Demonstrações Financeiras”), apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Contexto operacional: A Companhia foi constituída em dezembro de 2024, tendo iniciado efetivamente suas atividades em 2025. Seu objeto social consiste na participação em outras sociedades.

No período, a Companhia detinha participação exclusivamente na Aedifica Oeste SP SPE S.A. (“Aedifica”), controlada direta, empresa responsável pela execução de contrato de Parceria Público-Privada (PPP) voltado à construção, operação não pedagógica e manutenção de 17 unidades escolares no Estado de São Paulo. **2. Desempenho operacional e financeiro:** No exercício de 2025, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 24,3 milhões, refletindo principalmente o resultado de equivalência patrimonial da Aedifica. No consolidado, a Companhia apresentou: – Receita líquida de R\$ 134,3 milhões; – Lucro

líquido de R\$ 24,3 milhões; – Ativo total de R\$ 188,3 milhões; – Patrimônio líquido de R\$ 49,8 milhões. O desempenho está diretamente relacionado ao avanço das obras das unidades escolares previstas no contrato de PPP da Aedifica. **3. Investimentos e financiamento:** Durante o exercício, a Companhia integrou seu capital em sua controlada e acompanhou a estruturação do financiamento do projeto por meio da emissão de debêntures. **4. Governança e auditoria:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e auditadas por auditores inde-

pendentes, que emitiram opinião sem ressalvas. **5. Perspectivas:** Para o próximo exercício, a Administração espera a continuidade do avanço na execução do contrato de PPP pela Aedifica, com a previsão de início da operação das primeiras 8 (oito) unidades escolares a partir do 2º semestre de 2026. **6. Considerações finais:** A Administração agradece aos acionistas, parceiros e colaboradores pelo apoio e confiança ao longo do exercício. São Paulo, 13 de abril de 2026. A Administração

Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco Patrimonial			Demonstração do Resultado			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
Ativo	Notas	Controladora Consolidado	Notas	Controladora Consolidado	Notas	Atribuível aos acionistas controladores						
		31/12/2025		31/12/2025		Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Patrimônio Líquido		
Ativo circulante												
Caixa e equivalente de caixa	4	5	55.686									
Ativo financeiro a receber	6		32.979									
Adiantamentos a fornecedores			3.658									
Despesas antecipadas		32	427									
Tributos a recuperar	9.a)		4.994									
Total do ativo circulante		37	97.744									
Ativo não circulante												
Investimentos	7	49.816										
Despesas antecipadas			288									
Deposito caução			54									
Ativo financeiro em formação	6		90.177									
Imobilizado			20									
Total do ativo não circulante		49.816	90.539									
Total do ativo		49.853	188.284									
Passivo e patrimônio líquido												
Passivo circulante												
Debêntures	11		4.003									
Fornecedores	8	37	8.044									
Encargos sociais e obrigações trabalhistas			118									
Impostos, taxas e contribuições correntes e diferidos	9.b/c)		5.053									
Total do passivo circulante		37	17.218									
Passivo não circulante												
IRPJ e CSLL diferidos	10.a)		12.578									
Impostos, taxas e contribuições correntes e diferidos	9.b/c)		11.426									
Debêntures	11		97.245									
Total do passivo não circulante			121.249									
Patrimônio líquido	12											
Capital social			3.827									
Reserva de Capital			21.673									
Reserva legal			765									
Reserva de lucros			23.551									
Total do patrimônio líquido			49.816									
Total do passivo e patrimônio líquido			49.853									

Demonstração do Resultado Abrangente		
Controladora Consolidado	Controladora Consolidado	Controladora Consolidado
31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Lucro líquido do exercício	24.316	24.316
Outros componentes do resultado abrangente		
Total do resultado abrangente	24.316	24.316

Demonstração do Fluxo de Caixa		
Controladora Consolidado	Controladora Consolidado	Controladora Consolidado
31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais	24.316	36.894
Lucro antes do IRPJ e CSLL ajustos		
Juros provisionados	11	9.238
Reconhecimento de receita de construção		(117.848)
Atualização do ativo financeiro	13	(5.308)
Tributos sobre receita de construção e atualização de ativo	9.b)	15.604
Movimentação custo capturação de debêntures	11	1.390
Equivalência patrimonial	7	(24.416)
Total	(100)	(60.030)
Variação dos ativos e passivos		
Tributos a recuperar	9.a)	(4.994)
Adiantamentos		(3.658)
Despesas antecipadas	(32)	(715)
Deposito caução		(54)
Fornecedores	7	8.044
Obrigações trabalhistas e sociais		118
Obrigações tributárias	9.c)	875

Notas Explicativas da Administração

1. Contexto operacional – A E. K. Infra Social Participações S.A. (“Companhia”, “E.K”) é uma Holding, constituída na forma sociedade anônima de capital fechado, com sede na capital do estado de São Paulo, constituída em 11 de dezembro de 2024, tendo como objeto social a participação e administração de investimentos em outras sociedades como quotista ou acionista. As atividades operacionais tiveram início efetivamente a partir de 2025.

2. Continuidade operacional: A Administração avalia continuamente a lucratividade das operações e a posição financeira da Companhia. Essa análise é realizada com base no plano de negócios, que contempla ações para melhoria constante do desempenho, crescimento das operações e projeções de fluxo de caixa para os próximos exercícios. A Administração também informa que não tem conhecimento de qualquer incerteza relevante que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de a Companhia ou a sua Controlada de continuar operando normalmente. Dessa forma, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 13 de abril de 2026.

2.1. Entidade Controlada – A Companhia é controladora direta da Aedifica Oeste SP SPE S.A. (“Aedifica” ou “Controlada”), que tem como objeto social, a concessão administrativa de construção, manutenção, conservação, gestão e operação dos serviços não pedagógicos de 17 (dezessete) novas unidades de ensino de nível médio e ensino fundamental II, pertencentes ao Lote Oeste da concorrência internacional no 01/2024 do Estado de São Paulo de 29 de abril de 2024 durante o prazo de 25 anos. O contrato de concessão administrativa entre Aedifica e o Estado de São Paulo, por intermédio de sua Secretaria de Educação (“Seduc”) foi firmado em 6 de fevereiro de 2025 (“Contrato de PPP”). Em 17 de março de 2025, a Seduc foi substituída pela Secretaria de Parcerias em Investimentos (“SPI” ou “Poder Concedente”) como novo representante do Estado de São Paulo no Contrato de PPP. O Contrato de PPP prevê a construção das unidades escolares em duas fases. A Fase I prevê o término das construções de 8 (oito) escolas até junho de 2026 para início das operações no segundo semestre letivo de 2026. A Fase II prevê o término das construções de 9 (nove) escolas até junho de 2027 para início das operações no segundo semestre letivo de 2027. As operações não pedagógicas das 17 (dezessete) unidades escolares durarão até fevereiro de 2050. Em junho de 2025 foi iniciada a mobilização para as construções das 08 (oito) unidades escolares da Fase I, conforme previsto no Contrato de PPP, sendo elas: Araras, Jardimópolis, Lins, Olímpia, Ribeirão Preto (02 unidades), São José do Rio Preto e Sertãozinho. Das 09 (nove) unidades da Fase II, 6 (seis) delas começaram a fase de mobilização de obras em dezembro de 2025, sendo elas: Bebedouro, Itatiba, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro e Taquaritinga. As 3 (três) unidades de Campinas possuem previsão de início das construções ao longo do ano de 2026.

3. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e principais políticas contábeis – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todo o exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **3.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo aquelas previstas na legislação societária, os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem um maior nível de julgamento e são mais complexas, bem como as áreas em que as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão divulgadas nas Notas Explicativas nºs. 6 (Ativo financeiro em formação), 9 (Imposto de renda e contribuição social diferidos) e 9 (Impostos, taxas e contribuições correntes e diferidos). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas na moeda real, que é a moeda funcional da Companhia, arredondadas para a milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira. **3.2 Base de consolidação:** As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de sua controlada. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as controladas e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo destacada a participação dos acionistas não controladores, quando existentes. As políticas contábeis das controladas são consistentes com os da Companhia, e todas possuem o mesmo período de exercício social da Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as participações em controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. **3.3. Controladas:** As demonstrações financeiras de controladas, são

incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data na qual a Companhia obtém o controle até a data em que o controle deixar de existir. Nesse método, os componentes dos ativos, passivos e resultados são combinados integralmente e o valor patrimonial da participação dos sócios não controladores é determinado pela aplicação do percentual de participação deles sobre o patrimônio líquido das controladas. **ii) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com as investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **3.3. Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor. **3.4. Instrumentos financeiros:** **3.4.1. Ativos financeiros:** **a) Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, ao valor justo, e subsequentemente, dependendo de sua classificação, podem ser mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. **b) Classificação:** A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. **3.4.2. Passivos financeiros:** **a) Reconhecimento inicial e mensuração:** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis, e subsequentemente, mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos ou valor justo por meio do resultado. **b) Classificação:** A Companhia classifica seus passivos financeiros sob a categoria custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. **3.4.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. **3.4.4. Impairment de ativos financeiros:** A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment). O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. **3.5. Ativo financeiro em formação:** O ativo financeiro em formação é representado pelo direito a faturar do contrato de PPP com o Poder Concedente (Nota Explicativa no 1). As concessões estão dentro do alcance da ICP 01 e o respectivo ativo está classificado como ativo financeiro em formação. Nesse contexto, atendendo ao disposto ICP 01, estão sendo registrados na conta do ativo financeiro em formação, gastos incorridos que podem ser mensurados com segurança. A infraestrutura, dentro do alcance da interpretação técnica ICP 01 (R1) – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse de bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. **3.6. Ativo imobilizado e intangível:** Os ativos imobilizados são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da depreciação e dos depreciados de acordo com as taxas mencionadas no quadro a seguir. Depreciados subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Os ganhos e as perdas de alienação de bens, quando ocorrido, são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “outras receitas (despesas) não operacionais” na demonstração de resultado. Ativos intangíveis adquiridos são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas, que requer a identificação, mensuração e divulgação de relacionamentos, transações e saldos existentes com partes relacionadas, incluindo compromissos, quando relevantes para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Para fins deste Pronunciamento, considera-se parte relacionada qualquer pessoa física ou jurídica que esteja em posição de exercer controle, controle conjunto ou influência significativa sobre a Companhia, bem como aquelas em que a Companhia exerce controle, controle conjunto ou influência significativa, além do pessoal-chave da administração e seus familiares próximos. As transações com partes relacionadas são realizadas a valores, prazos e condições compatíveis com os praticados no mercado em transações similares, quando aplicável, e devidamente suportadas por contratos formais. As principais práticas adotadas pela Companhia são: **a) Reconhecimento** – As transações com partes relacionadas são reconhecidas quando da transferência de bens, serviços ou obrigações entre as partes, independentemente da cobrança de preço em contrapartida. **b) Mensuração** – Os saldos ativos e passivos decorrentes de transações com partes relacionadas são mensurados de acordo com as práticas contábeis aplicáveis, observando-se os termos contratuais firmados. **c) Divulgação** – São divulgadas nas notas explicativas: **(i)** a natureza do relacionamento; **(ii)** os valores das transações; **(iii)** os saldos existentes, incluindo prazos, condições e garantias; **(iv)** provisões para perdas relacionadas; e **(v)** a remuneração do pessoal-chave da administração, discriminada por categoria de benefício. **3.10. Debêntures:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas e demais custos com a emissão das debêntures são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações uma vez que seja provável que uma parte ou todo valor das debêntures seja sacado. As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa os juros pagos sobre as debêntures como atividade de financiamento. **3.11. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: **(i)** a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; **(ii)** é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e **(iii)** o valor puder ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência de juros ou efeitos inflacionários é reconhecido como despesa financeira. **3.12. Outros ativos e passivos:** Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais incorridos até a data do balanço. Os passivos são reconhecidos quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, cuja liquidação seja provável e possa ser estimada de forma confiável, sendo mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos incorridos até a data do balanço. **3.12.1. Segregação entre curto e longo prazo:** Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra até o término do exercício social subsequente. Aqueles cuja realização ou liquidação seja esperada após esse prazo são classificados no não circulante. **3.13. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros sejam apurados para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir: **a) Receita de contratos de construção:** A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o método de custo acrescido de margem, que engloba a alíquota de 35,9% nesta taxa já estão consideradas as alíquotas dos impostos incidentes sobre a receita, aplicados aos respectivos custos incorridos no mês de competência. As receitas de construção são reconhecidas pelo valor justo a receber em virtude da construção dos ativos transferíveis, por referência ao estágio de conclusão da construção. A contrapartida da receita de construção é o ativo financeiro em formação. **b) Atualização do ativo financeiro em formação:** A receita de atualização do ativo financeiro em formação representa a atualização do valor a receber pela concessão durante o período do contrato. A receita operacional líquida inclui a atualização do ativo financeiro em formação durante o período do contrato, uma vez que a geração desta receita faz parte dos principais objetivos de negócio da Companhia. **c) Receita aporte poder concedente:** A Companhia faz jus ao recebimento de aporte financeiro do Poder Concedente, destinado ao custeio parcial dos investimentos vinculados à implantação da infraestrutura e às desapropriações previstas contratualmente. O aporte é reconhecido diretamente como receita quando todos os marcos contratuais estabelecidos para seu recebimento são integralmente atendidos e certificados, ocasião em que passa a existir direito incondicional ao recebimento. **d) Receita financeira:**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia somente apresenta receita de caráter financeiro, referente, basicamente, a rendimentos de aplicações financeiras. **3.14. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. O imposto de renda e contribuição social são apurados de acordo com o regime tributário do Lucro Real, conforme previsto na legislação fiscal vigente no Brasil. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. **a) Imposto de renda e contribuição social correntes:** O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$ 20 por mês (ou R\$ 240 por ano), conforme aplicável. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e adições ou exclusões temporárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% de imposto de renda e de 9% para a contribuição social. **3.15. Resultado por ação:** O resultado por ação foi calculado de acordo com o artigo 187 – inciso VII da Lei no 6404/76, o qual exige que seja apresentado nas demonstrações do resultado individuais e consolidadas, o lucro líquido ou prejuízo do exercício e o seu montante por ação do capital social (resultado dividido pela quantidade de ações em circulação na data-base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas). **3.16. Pronunciamentos novos ou revisados:** **3.16.1. Normas revisadas com adoção a partir de 1 de janeiro de 2025:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **IAS 21: Ausência de conversibilidade (equivalente ao CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis):** Em agosto de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 21 para esclarecer como as entidades devem avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio aplicável quando a conversibilidade é temporariamente inexistente. As alterações também introduzem requisitos adicionais de divulgação, com o objetivo de permitir que os usuários das demonstrações contábeis individuais e consolidadas avaliem os efeitos financeiros da ausência de conversibilidade da moeda. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. **3.16.2. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2025:** Até a data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, determinadas normas, alterações e interpretações haviam sido emitidas pelo IASB e convergidas pelo CPC, mas ainda não estavam vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas e encontra-se avaliando os potenciais impactos de sua aplicação futura. **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis:** Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18, que substituirá o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)), estabelecendo novos requisitos para apresentação e divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, incluindo a introdução de subtópicos padronizados na demonstração do resultado e maior detalhamento sobre medidas de desempenho gerencial. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessa norma em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública de prestação de contas: divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19, que permite que determinadas subsidiárias que não possuam responsabilidade pública de prestação de contas adotem requisitos reduzidos de divulgação, mantendo o reconhecimento e a mensuração de acordo com as IFRS completas. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando a aplicabilidade e os possíveis efeitos dessa norma em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Alterações à IFRS 9/CPC 48 e IFRS 7/CPC 40 – Instrumentos financeiros:** O IASB emitiu alterações às normas IFRS 9 e IFRS 7 com o objetivo de esclarecer aspectos relacionados à classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros, incluindo disposições específicas aplicáveis a determinados instrumentos estruturados. Essas alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessas alterações em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. **Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, a federal (Contribuição sobre

continua...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

Bens e Serviços – CBS), que substituirá o PIS e a Cofins, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços – IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado o Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68/2024, que regulamento do ato de reforma. O PLP nº 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC nº 214/2025. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na aplicação dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

Caixa e equivalente de caixa	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Caixa e bancos	5	9
Aplicações financeiras (i)	55.677	55.686
Total	60.682	64.785

(i) Em 31 de dezembro de 2025, referem-se a Certificados de Depósito Bancário (CDB), que buscam remunerar a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com liquidez imediata.

5. Partes relacionadas – De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas, a Companhia informa as transações firmadas com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2025: **a) Identificação das Partes Relacionadas:** A Companhia mantém transações com partes relacionadas no curso normal de suas operações, cujas condições contratuais são negociadas entre as partes e estabelecidas com base em critérios técnicos e em condições usuais de mercado. Durante o exercício, a Companhia contratou a Engenferm Engenharia Ltda., considerada parte relacionada por ser acionista da controladora da Aedifica, para a prestação de serviços técnicos relacionados às atividades preparatórias para a construção das escolas objeto do contrato de concessão. Os serviços contratados incluem, entre outros: análise de projetos, elaboração de plano de suprimentos, engenharia de valor, suporte aos processos de licenciamento, gestão de QSMS (Qualidade, Saúde, Meio Ambiente e Segurança), elaboração de cronograma e orçamento executivo. Adicionalmente, a Companhia contratou o Consórcio Educa SP para administrar as obras civis das unidades escolares iniciadas no exercício. O Consórcio Educa SP é considerada parte relacionada, uma vez que a Engenferm Engenharia Ltda., acionista da controladora

Aedifica Oeste SP SPE S.A.	Capital Social	Participação	Otd. Ações	Total do Ativo	Total do Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período
Aedifica Oeste SP SPE S.A.	25.400	100%	139.411.912	188.246	150.028	38.218	24.416

c) Movimento do investimento em Controlada Aedifica Oeste SP SPE S.A.

31/12/2025	31/12/2024
Integralização de capital	25.400
Equivalência patrimonial	24.416
Valor do investimento em 31 de dezembro de 2025	49.816

8. Fornecedores – Refere-se à fornecedores contratados no curso normal das operações.

Controladora	Consolidado
31/12/2025	31/12/2025
Fornecedores nacionais	8.044
Total	8.044

9. Impostos, taxas e contribuições correntes e diferidos

Controladora	Consolidado
31/12/2025	31/12/2025
Tributos a recuperar	807
PIS a recuperar	470
Cofins a recuperar	3.717
IRRF a recuperar	470
Total corrente	4.994

b) Tributos diferidos sobre receitas

Controladora	Consolidado
31/12/2025	31/12/2025
Tributos diferidos – Tributos apurados sobre receita do Contrato de Concessão (ICPC 01)	123.156
Total	123.156

Tributo	Aliquotas
PIS	2,032
Cofins	7,65%
ISS	4,212
Total diferido	15,604
Circulante	4,178
Não circulante	11,426
Total	15,604

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	24.316	24.316	24.316	24.316
Adições	-	-	-	-
Exclusões	-	-	-	-
Resultado fiscal	24.316	24.316	24.316	24.316
Alíquota Nominal%	25%	9%	34%	25%
IRPJ e CSLL do período	6.079	2.188	8.267	6.267
Impostos correntes registrados no resultado	6.079	2.188	8.267	6.267
Ativo financeiro em formação	-	-	-	-
Atualização ativo financeiro	-	-	-	-
Tributos sobre receita ativo em formação	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	(24.416)	(24.416)	-	-
Prejuízo fiscal	(100)	(100)	67.836	67.836
Impostos diferidos registrados no resultado	(100)	(100)	(9.249)	(3.329)
Alíquota Efetiva %	0%	0%	0%	14%

11. Debêntures – Em 30 de abril de 2025, a Controlada concluiu a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 305.000, para captação de recursos destinados ao financiamento do projeto de construção de 17 escolas públicas, conforme o Contrato de PPP. A emissão, estruturada em duas séries, possui as seguintes características: • 1ª Série: R\$ 65.000, correspondente a 65.000 (sessenta e cinco mil) debêntures com valor nominal de R\$ 1.000,00 (mil reais). • 2ª Série: R\$ 240.000, correspondente a 240.000 (duzentos e quarenta mil) debêntures com valor nominal de R\$ 1.000,00 (mil reais). As debêntures de ambas as séries terão vencimento de 02 anos, contados a partir da data de emissão, em 30 de abril de 2027. Nos dias 03 e 04 de junho de 2025, houve o recebimento integral da 1ª série. Em 27 de outubro

E. K. Infra Social Participações S.A.

Seguir a movimentação total das debêntures no exercício:

Consolidado	31/12/2025
Saldo no início do exercício	101.500
Captação de debêntures	9.238
Juros sobre debêntures	(5.645)
Custo de transação a amortizar	1.390
Amortização custo de transação	(5.235)
Pagamentos de juros	101.248
Total	101.248

12. Patrimônio líquido – a) Capital social: A Companhia foi constituída em 11 de dezembro de 2024 com capital social de R\$ 2 mil reais, sendo 2.000 ações ordinárias e 20 ações preferenciais classe B. Em 27 de dezembro de 2024, a Companhia aprovou o aumento de capital mediante emissão de 1.978.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 19.980 novas ações preferenciais classe B nominativas e sem valor nominal. Todas as ações tiveram preço de emissão estipulado em R\$ 8,51 (oito reais e cinquenta e um centavos) do montante subscrito R\$ 3.827,70 destinado à conta de capital social e R\$ 21.673 (vinte e um milhões seiscentos e setenta e três reais) foram destinados a conta de reserva de capital. Os valores foram integralizados em 2025.

Consolidado	31/12/2025	31/12/2025
Receita de construção	117.848	117.848
Atualização do ativo financeiro	5.308	5.308
Total	123.156	123.156
Ativo circulante	32.979	32.979
Ativo não circulante	90.177	90.177

A seguir está o mapa de movimentação do ativo financeiro em formação

Consolidado	31/12/2025	31/12/2025
Custo incorrido	31/12/2024	Adições 31/12/2025
Custo da construção – Vide Nota Explicativa nº 13	-	86.687
Margem da construção (i)	-	31.161
Atualização do ativo financeiro	-	5.308
Total	-	123.156

(i) As taxas utilizadas para margem de construção e atualização do ativo financeiro vide Nota Explicativa no 2.8 a): **a) Fluxo de recebimento:** O fluxo de recebimento será realizado em fases. A Fase 1 contempla a entrega de 8 escolas, prevista para início de operação em julho de 2026, a partir da qual a Companhia passará a receber a contraprestação mensal do Poder Concedente. Os valores previstos de recebimento a partir do início da operação da Fase 1º até dezembro de 2027 soma o montante de 32.979 e estão classificados no Ativo Circulante. A Fase 2 está prevista para julho de 2027, mas com possibilidade de antecipação de 6 (seis) dias 9 (nove) escolas para janeiro de 2027.

7. Investimentos – a) Composição do saldo de investimento

Controladora	31/12/2025
Aedifica Oeste SP SPE S.A.	49.816
Total	49.816

b) Composição dos investimentos em controladas

Capital Social	Participação	Otd. Ações	Total do Ativo	Total do Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período
Aedifica Oeste SP SPE S.A.	25.400	100%	139.411.912	188.246	150.028	38.218

c) Tributos a recolher

Controladora	31/12/2025
PIS a recolher	5
Cofins a recolher	30
IRRF a recolher	42
CSRF a recolher	136
ISS a recolher	385
INSS retido a recolher	277
Total corrente	875

Total impostos, taxas e contribuições correntes e diferidos

Controladora	31/12/2025
Total	16.480
Circulante	5.053
Não circulante	11.426
Total	16.480

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos – Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tem imposto de renda e contribuição social diferidos, sendo apresentado no Balanço Patrimonial pelo saldo líquido.

Ativo	Saldo inicial	Adições	Baixas	31/12/2025
IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal	-	23.064	-	23.064
Total ativo	-	23.064	-	23.064
Sobre margem de construção (ICPC 01)	(35.642)	-	(35.642)	(71.284)
Total passivo	(35.642)	-	(35.642)	(71.284)
Diferido líquido	(12.578)	-	(12.578)	(48.220)

a) Impostos de renda e contribuição social diferidos e correntes registrados no resultado

Controladora	31/12/2025	31/12/2025
Imposto de Renda	24.316	24.316
Contribuição Social	24.316	24.316
Total	48.632	48.632

Modalidade

Vencimento final	31/12/2025
Debêntures	30/04/2027
(-) Custo de transação	(4.255)
Total	101.248
Passivo circulante	4.003
Passivo não circulante	97.245

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da E. K. Infra Social Participações S.A. – São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da E. K. Infra Social Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as práticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da E. K. Infra Social Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e o seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para

fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude

ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, colúgio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas

divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 13 de abril de 2026.

Grant Thornton
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 025.683/0-1
Maria Aparecida Regina Cozera Abdo
Contadora CRC 1SP 223.177/0-1

Consolidado

	31/12/2025	31/12/2025
Receita aporte poder concedente(i)	29.432	29.432
Impostos e contribuições sobre receitas	(18.326)	(18.326)
Receita líquida de serviços	11.106	11.106

14. Custos de construção

Consolidado	31/12/2025	31/12/2025
Estudos de viabilidade	(11.108)	(11.108)
Construção unidades escolares	(78.045)	(78.045)
Locações	(2.230)	(2.230)
Custos com pessoal	(2.550)	(2.550)
(i) Créditos PIS e Cofins	7.246	7.246
Total	(86.687)	(86.687)

15. Despesas gerais e administrativas

Controladora	31/12/2025	Consolidado	31/12/2025
Despesas administrativas	(22)	(77)	(772)
Despesas com serviços de terceiros	(77)	(1)	(1.939)
Despesas tributárias	(1)	(1)	(7)
Total	(100)	(77)	(2.718)

16. Resultado financeiro

Consolidado	31/12/2025
Receitas financeiras	3.527
Rendimentos de aplicações financeiras	3.527
Total receitas financeiras	7.054
Despesas financeiras	(698)
Despesas bancárias	(9.238)
Juros debêntures	(1.390)
Amortização custo captação debêntures	(164)
Outros custos captação debêntures	(11.490)
Total despesas financeiras	(22.319)
Total do resultado financeiro	(15.265)

17. Instrumentos financeiros – A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, ativo financeiro, contas a pagar a fornecedores, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira das operações. **a) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. **b) Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre do risco de realização das aplicações financeiras, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes. **c) Risco de taxa de juros:** As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota Explicativa no 4. A exposição da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros de mercado refere-se principalmente às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. Esse risco é proveniente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas às debêntures. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de maneira dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento. **d) Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem endividamentos e equivalentes de caixa. Dentro do risco de mercado, o risco aplicável à Companhia é o risco de taxa de juros. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciância, é requerida a divulgação de demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração. A Administração entende como relevante o risco de taxa de juros e para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração da Companhia adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses (cenário I), as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Para os cenários II e III considerou, conforme instrução da CVM, um acréscimo e uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente.

	31/12/2025	31/12/2025
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas	24.316	24.316
Ações ordinárias em circulação	3.000.000	3.000.000
Lucro básico por ação – em R\$	8,10333	8,10333

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

13. Receitas líquidas

Controladora	31/12/2025
Receita de construção da infraestrutura	117.848
Atualização do ativo financeiro	5.308
Total	123.156

Exposição Patrimonial Ativos Financeiros

Risco	Cenário razoavelmente provável	Taxa Ganho/ I – Aumento II – Aumento III – Queda IV – Queda projetada (perda)	de 25%	de 50%	de 25%	de 50%
1. Aplicações financeiras	CDI	14,90%	8.296	10.370	12.444	6.222
Passivos financeiros	CDI + spread.	-	(16.959)	(21.199)	(25.439)	(12.719)
Impacto no resultado e patrimônio líquido						